

CLIPPING IMPRESSO

18/10/2019



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
2.3. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. INSTITUCIONAL.....	5
3.2. PRESIDÊNCIA.....	6
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DESEMBARGADOR.....	7 - 8
4.2. ESMAM.....	9
4.3. INSTITUCIONAL.....	10
4.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11

TJMA divulga contracheque de outubro com aumento de 2,94% e primeira parcela dos retroativos

O contracheque do mês de outubro de 2019 dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão já está disponível no site do Tribunal de Justiça do Maranhão – www.tjma.jus.br – no sistema MentoRH (Portal do Servidor). O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, determinou ao diretor financeiro do órgão, Amudsen Bonifácio, que já incluísse nos vencimentos deste mês o reajuste concedido de 2,94% e a primeira parcela dos valores retroativos a dezembro de 2018.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça Estadual, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas institucionais e garantindo um atendimento eficiente e de qualidade à sociedade maranhense”, afirmou o presidente do TJMA.

Além dos vencimentos já reajustados, os servidores do Judiciário receberão, nos próximos dois meses, a segunda parcela dos retroativos (novembro) e a segunda parcela da gratifi-

cação natalina – 13º salário – (com data agendada para 16 de dezembro). A remuneração normal de dezembro será paga no dia 20 daquele mês.

Na última terça-feira (15), a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão promulgou a Lei 11.119/2019, de autoria do Poder Judiciário, alterando a tabela de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do quadro de pessoal do Judiciário maranhense.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, a promulgação da lei pelo Poder Legislativo Estadual valoriza ainda mais os dedicados servidores do Poder Judiciário Estadual, que desenvolvem com empenho, compromisso e muita competência suas atividades profissionais.

Na ocasião do ato, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou que a promulgação da lei foi fruto de muito diálogo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Joaquim Figueiredo.

Trinta anos da Constituição do Maranhão são celebrados na AL

Ex-deputados estaduais, que participaram da criação da Constituição de 1989 foram homenageados durante a sessão solene; versão anotada da Carta Magna foi lançada pela Assembleia Legislativa

Em sessão solene, a Assembleia Legislativa comemorou, ontem, os 30 anos da promulgação da Constituição Estadual do Maranhão e ainda homenagear os 42 deputados constituintes de 1989. A cerimônia contou com a presença de grande número de ex-parlamentares e também de prefeitos, vereadores, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e entidades da sociedade civil.

O presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância da realização da sessão solene, convocada tanto para celebrar os 30 anos da Constituição de 1989 como também para homenagear os deputados maranhenses constituintes à época.

“Realizamos esta sessão solene com o intuito de celebrar as nossas leis, a nossa Constituição, com homenagens aos parlamentares que à época a aprovaram, numa conjuntura muito especial. E esta celebração, neste momento na nossa Casa, representa o resgate de uma importante parte da História do Maranhão”, ressaltou Othelino.

Ele acrescentou ainda que é fundamental a valorização desses momentos, uma vez que a Constituição se configura como o norte essencial para todos os brasileiros e, em especial, para os parlamentares, que é quem tem a prerrogativa constitucional de legislar.

A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Cleones Cunha, na condição de re-



Divulgação

Constituição Estadual anotada foi lançada na Assembleia Legislativa

SAIBA MAIS

Os homenageados

Entre os deputados constituintes de 1989, estão Anselmo Ferreira; Aristeu Barros; Bete Lago (em memória); Benedito Terceiro; Carlos Braide; Carlos Guterres; Carlos Melo (em memória); Celso Coutinho; César Bandeira; Clodomir Paz; Conceição Andrade; Daniel Silva; Eduardo Matias; Emanuel Viana; Francisco Camelo; Francisco Martins; Galeno Brandes (em memória); Gastão Vieira; Inácio Pires; Irineu Galvão (em memória); Ivar Saldanha (em memória); João Bosco; Jorge Pavão; José Bento

Neves (em memória); José Elouf (em memória); José Genésio; José Gentil; José Gerardo; Juarez Lima; Juarez Medeiros; Júlio Monteles; Juscelino Rezende; Kleber Carvalho Branco (em memória); Léo Franklin (em memória); Luís Coelho (em memória); Marconi Farias; Mário Carneiro; Pedro Vasconcelos; Petrônio Gonçalves; Pontes de Aguiar; Raimundo Cabeludo; Raimundo Leal (em memória); Raimundo Nonato Jairzinho da Silva (em memória); Remi Trinta; Ricardo Murard, Júlio Monteles e Sarney Neto.

presentante também do Tribunal de Justiça; do procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; do ex-vice-governador Washington Luiz, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha, que representou o governador Flávio Dino (PCdoB) na solenidade.

Também participaram da sessão solene o senador Weverton Rocha (PDT), os deputados federais Gastão Vieira (Pros), Márcio Jerry (PCdoB), Edilázio Júnior (PSD) e Juscelino Filho (DEM), além da presença dos deputados estaduais que compõem a atual legislatura.

Durante a sessão solene, foi exibido um vídeo institucional sobre os 30 anos da Carta Magna de 1989.

Versão anotada

Deputados estaduais, integrantes do Grupo de Estudo da Constituição do Estado do Maranhão lançaram a Constituição do Estado do Maranhão Anotada no Plenário Nagib Haickel, durante a sessão solene em comemoração ao transcurso dos 30 anos da promulgação da Carta Magna maranhense.

A edição, que consiste em anotações da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e das leis estaduais, foi elaborada pelo grupo de estudos coordenado pelo deputado Neto Evangelista (DEM), que contou também com os deputados Zé Inácio (PT), Glalbert Cutrim (PDT) e Zé Gentil (PRB), conforme Resoluções Administrativas 446/19 e 711/19. ●

ESTADO MAIOR

TRE

Sobre a presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em 2020, há a possibilidade do desembargador José Joaquim Figueiredo declinar de disputar o cargo.

Se assim ocorrer, o acordo de cavalheiros vai se manter na Corte Eleitoral, e o próximo presidente será o desembargador Tyrone Silva, que hoje é corregedor eleitoral.

Vale lembrar que Tyrone, este ano, declinou de entrar na disputa pela presidência do TRE com o colega Cleones Cunha, que se tornou presidente do TRE por aclamação.

PH

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

Digitalizar

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Thiago Diaz, e advogados militantes na Capital e em outras subseções do Maranhão conheceram os projetos “Digitalizar Já” e “Amigo do Judiciário: quero digitalizar”, apresentados pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com o objetivo de estimular a participação da classe dos advogados na digitalização de processos físicos, contribuindo voluntariamente com a virtualização.

Os advogados podem contribuir com a digitalização dos processos físicos de seu interesse no âmbito do Judiciário estadual, repassando os arquivos em mídia digital para migração ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), onde passarão a tramitar eletronicamente, agilizando os atos processuais.

Segundo Thiago Diaz, a OAB-MA vai disponibilizar um espaço com estrutura e pessoal para realização do trabalho na sede da Capital, além de apoiar e levar o projeto por meio de campanha para todas as 17 subseções da OAB no Maranhão.

Novo entendimento do STJ sobre certidões de regularidade fiscal

LUCAS AUGUSTUS ALVES MIGLIOLI
Sócio do Miglioli e Bianchi Advogados

Em recente decisão, Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou seu entendimento e passou a condicionar a emissão da Certidão Negativa de Débito (CND) e da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) à ausência de débitos tanto da matriz da empresa, quanto de suas filiais.

A nova tese foi firmada no julgamento do agravo interno interposto pela Fazenda Nacional (AgInt no AREsp 1.286.122) contra decisão do ministro Sérgio Kukina, que manteve o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, admitindo “a expedição de CPD-EN à filial se o fato impeditivo forem apenas as dívidas da matriz ou de outra filial ante a autonomia jurídico-administrativa das empresas, consagrado no art. 127, II, do CTN.”

Até a alteração, o STJ tratava a regularidade fiscal de maneira individualizada, levando em conta o CNPJ de cada unidade e reconhecendo a autonomia contributiva da matriz e das filiais, como ressaltou o ministro Sérgio Kukina, relator do recurso: “Esta Corte possui firme jurisprudência em que, para fins tributários, na hipótese de existência de inscrições próprias entre a matriz e as filiais, por serem consideradas entes tributários autônomos, a situação de regularidade fiscal deve ser considerada de forma individualizada.”

Apesar dessa jurisprudência, a Fazenda Nacional baseou seu agravo na tese repetitiva fixada em 2013 pelo próprio STJ quando, no julgamento de outro recurso, admitiu a penhora de patrimônio das filiais para satisfazer dívidas da matriz, partindo da premissa de que “a filial é uma espécie de estabelecimento empresarial, fazendo parte do acervo patrimonial de uma única pessoa jurídica, partilhando dos mesmos sócios, contrato social e firma ou denominação da matriz.” (REsp 1.355.812).

Segundo a Fazenda, havia uma contradição entre ser admitido o acesso ao patrimônio de todos os estabelecimentos da empresa e, ao mesmo tempo, tratar a responsabilidade pelo débito de forma individualizada.

No recente julgamento, esse argumento foi acolhido pelo ministro Gurgel de Faria, cujo voto divergente estabeleceu a emissão unificada da certidão de regularidade fiscal, considerando que matriz e filiais constituem uma única pessoa jurídica, estabeleceu a emissão unificada da certidão de regularidade fiscal. Tal enten-

dimento foi acompanhado pelos ministros Regina Helena Costa e Benedito Gonçalves, vencidos os ministros Sérgio Kukina e Napoleão Nunes Maia Filho, resultando no apertado placar de 3 a 2.

Prevaleceu, portanto, a tese da unicidade da pessoa jurídica entre a matriz e suas filiais, ainda que tenham o próprio Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A partir de agora, o débito da matriz ou de uma filial poderá impedir a emissão de certidões negativas (ou positivas com efeitos de negativas) de todas.

Esse novo entendimento pode impactar profundamente as empresas, já que a apresentação da certidão de regularidade fiscal é requisito para as mais diversas atividades, como a obtenção de financiamento, a celebração de contratos e a venda de ativos.

O impacto pode ser ainda maior para as empresas que atuam no mercado público, pois a Lei de Licitações (8.666/93) condiciona a contratação com a Administração Pública à comprovação da regularidade fiscal. O Poder Público lança mão dessa exigência tanto para aferir a saúde financeira de seus contratados, como para incentivar a regularização dos débitos do contribuinte que busca oportunidade nos negócios públicos.

Embora seja muito simples, a emissão das certidões torna-se muito mais complicada quando a empresa tem alguma pendência, impondo medidas administrativas e judiciais para a sua obtenção. Por isso, é imprescindível estabelecer ações preventivas, a fim de evitar o risco de não obter a certidão.

Dentre elas, três se destacam. A primeira é promover a gestão dos processos administrativos e judiciais que possam ensejar restrições, buscando sua resolução por meio da defesa dos interesses da empresa. A segunda é identificar os fatos geradores desses processos, permitindo a definição de estratégias de contingenciamento, evitando sua instauração. A terceira é criar uma rotina de pesquisa, identificando eventual pendência tão logo seja inscrita e permitindo a adoção de medidas para sua imediata solução.

Em suma, a atuação cada vez mais rígida do Poder Público impõe às empresas medidas de gerenciamento estratégico, firmes e dedicadas, para garantir seus negócios sem sobressaltos.

BASTIDORES

Raimundo Borges
 bastidores@oimparcial.com.br



Ponto nos "is"

O desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, disse ontem que a eleição do presidente do Tj-MA, quarta-feira, para compor o TRE, não lhe dará direito a assumir de imediato a presidência. "Quem vai me suceder é o desembargador Tyrone Silva. O próprio José Joaquim disse ao pleno que não concorrerá à presidência do TRE".

Disputa fervente

Cleones será presidente do TER até maio, quando assumirá o hoje corregedor Tyrone José Silva. José Joaquim foi eleito para compor a corte eleitoral, mas terá que esperar o fim do mandato de Tyrone, em 2021. Enquanto isso, a disputa pela presidência do TJ está fervendo entre os desembargadores Lourival Serejo e Nelma Sarney. Já Paulo Velten se movimenta com via alternativa.



Deputados exibem nova edição da Constituição do Estado Anotada e Revisada

Sessão solene celebra 30 anos da Constituição do Maranhão

PÁG. 4 (C1)

Sessão solene celebra 30 anos da Constituição do Maranhão

Em sessão solene, a Assembleia Legislativa comemorou, na manhã desta quinta-feira (17), o transcurso dos 30 anos da promulgação da Constituição Estadual do Maranhão.

A cerimônia, marcada por uma homenagem aos 42 deputados constituintes de 1989, contou com a presença de grande número de ex-parlamentares e também de prefeitos, vereadores, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e de diversas instituições e entidades da sociedade civil. Antes do início da sessão solene, aconteceu uma cerimônia militar na parte externa do Palácio Manuel Beckman.

Ao abrir a solenidade, realizada no Plenário Deputado Nagib Haickel,

o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância da realização da sessão solene, convocada tanto para celebrar os 30 anos da Constituição de 1989 como também para homenagear os deputados maranhenses constituintes à época.

“Realizamos esta sessão solene com o intuito de celebrar as nossas leis, a nossa Constituição, com homenagens aos parlamentares que à época a aprovaram, numa conjuntura muito especial. E esta celebração, neste momento na nossa Casa, representa o resgate de uma importante parte da História do Maranhão”, ressaltou Othelino. Ele acrescentou ainda que é fundamental a valorização

desses momentos, uma vez que a Constituição se configura como o norte essencial para todos os brasileiros e, em especial, para os parlamentares, que é quem tem a prerrogativa constitucional de legislar.

A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Cleones Cunha, na condição de representante também do Tribunal de Justiça; do procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; do ex-vice-governador Washington Luiz, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha, que representou o governador Flávio Dino na solenidade.

Também participaram da sessão solene o senador Weverton Rocha, os deputados federais Gastão Vieira, Márcio Jerry, Edilázio Júnior e Juscelino Filho, além da presença maciça dos deputados estaduais que compõem a atual legislatura.

Durante a sessão solene foi exibido um vídeo institucional sobre os 30 anos da Carta Magna de 1989 e ocorreu ainda o lançamento da ‘Constituição Estadual revisada e anotada’, produzida pelo Grupo de Estudo da Constituição do Estado do Maranhão, presidido pelo deputado Neto Evangelista (DEM).

Escolas Superiores da DPE e do TJ promovem palestra sobre processo penal nesta sexta

A Escola Superior da Defensora Pública do Estado (Esdep/MA) e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam) realizam, nessa sexta-feira, dia 18, uma palestra com o tema “Processo Penal Democrático: Garantismo Penal e Importância da Garantia de Defesa e de Presunção de Inocência”. O evento é destinado a defensores públicos, magistrados e

servidores do Judiciário, bem como advogados, promotores e membros do Legislativo e Executivo.

A palestra, que será realizada no auditório do Fórum de São Luís (Calhau), terá início às 9h e contará com participação da defensora pública Lívia Casseres (DP-RJ) e do professor e jurista Geraldo Prado, que também lançará o livro de sua autoria intitulado “A cadeia de custódia

da prova no processo penal”. O objetivo da palestra é promover a reflexão sobre o processo penal na atualidade brasileira, analisando violações a valores democráticos, representadas pelo endurecimento penal e o arrefecimento de políticas criminais voltadas à lógica bélica e sua reverberação para o encadeamento processual e para a produção probatória.



Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

Data Venia

JUDICIÁRIO INVESTIGA JUDICIÁRIO!

O que é CENSURA meu povo? O Brasil é verdadeiramente uma democracia? Ou vivemos ainda o imperialismo? A mordaza? Ou o direito de liberdade de pensamento e de expressão foi extinto? Ou devemos fazer de contas que a Carta Constitucional de 88 está plenamente em vigor?

Brasil, Brasil, Brasil, foi Pedro Álvares quem te pariu... Com a comitiva de Cabral em 1500 chegou a escória de Portugal. Assim fomos colonizados por bandidos: eram prisioneiros condenados, ladrões, assassinos, prostitutas e toda espécie de gente renegada pela sociedade portuguesa que lotaram as caravelas. E essa influência ainda reflete na formação do caráter de muitos brasileiros.

“... Você está temporariamente impedido de participar de grupos e publicar neles até a manhã às 15:59”. Essa mensagem é do facebook e foi postada nesta (quarta-feira) dia 16/10/2019, quando redigia este artigo, logo após este subscritor, presidente do SAMA – Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão, tornar público que “A JUSTIÇA INVESTIGA A PROPRIA JUSTIÇA”. As razões serão dessecadas a seguir.

Meus caros leitores. Imaginem se o JORNAL PEQUENO – SEMANÁRIO “ JP TURISMO ”, do Jornalista Gutemberg Boga, não existisse no Maranhão. Vocês não teriam a coluna “DATA VÊNIA” para saber tudo que verdadeiramente acontece nessa terra de Gonçalves Dias e outros fatos que certamente são arquivados debaixo dos tapetes, principalmente quando se trata de autoridades públicas relevantes os personagens envolvidos.

Sempre acreditei nas redes sociais. E através dela sempre externamos as nossas irrisignações e registramos nossos desabaços e denúncias. Mas infelizmente a CENSURA chegou por lá. Os para raios da verdade foram instalados e em questões de segundos as nossas observações sobre o contexto de mais um escândalo envolvendo possivelmente magistrados e promotores foi para o lixo virtual.

Trata-se na espécie da abertura de uma sindicância, nesta segunda-feira (14/10/19), pelo corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho, para apurar a suposta participação de magistrados numa pirâmide financeira que constitui ilícito civil e criminal.

Tudo começou, segundo informações obtidas por este colunista, salvo engano na Delegacia de Defraudações em São Luís - MA, em julho deste ano, com o depoimento de Pedro Henrique Souza de Sampaio, dono da PH Participações e Serviços. Ele teria revelado que juízes, desembargadores e promotores investiram no esquema de uma pirâmide financeira.

O dono da PH disse que Abdon Murad, um médico, o procurou para obter um empréstimo de R\$ 200 mil com a justificativa de que estava “em uma fogueira”. Ele explicou que o médico vinha sendo pressionado por agiotas, juízes, desembargadores e promotores, pois tinha prometido pagamentos com remuneração com juros compostos. Estes tinham feito aportes na pirâmide.

Pedro Henrique disse ainda em depoimento que o negócio tinha se tornado muito grande chegando a emprestar dinheiro a diversas autoridades políticas, como vereadores e prefeitos. O objetivo dos empréstimos seria o impulsionamento de licitações, segundo PH.

Como primeira medida do trabalho de apuração, o desembargador Marcelo Carvalho, determinou as oitivas de PH e Abdon Jr., ambas no dia 29 de outubro. A sindicância tem prazo de 60 dias para concluir a investigação.

A propósito, o que causa estranheza nesta investigação da Polícia Judiciária, mais precisamente da Delegacia de Defraudações, é que o corregedor-geral de justiça do TJMA, somente tomou a iniciativa de instaurar a sindicância para investigar os seus membros, em decorrência de publicação do Blog do senhor Neto Ferreira, que faz alusão a um depoimento prestado em julho de 2019 por um dos envolvidos. Na mesma senda, o Ministério Público Estadual, Federal, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a Polícia Federal, não foram acionados para as providências legais cabíveis. Entendam agora o porquê a AMMA- Associação dos Magistrados do Maranhão foi pedir a extinção do SAMA no Ministério do Trabalho, utilizando o Ministério Público do Trabalho.

Em nenhum momento, extrai-se do bojo da Portaria-CGJ nº 4638/2019, do TJMA, que o Delegado de Polícia e presidente do inquérito da Defraudações tenha comunicado a alguma autoridade do judiciário do envolvimento de juízes, desembargadores e promotores nos possíveis ilícitos e outros órgãos afins. E isto é muito grave. Mais grave ainda é o corregedor-geral de justiça do TJMA não haver designado nenhum membro da Seccional da Ordem dos Advogados do Estado do Maranhão e do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão para acompanharem essas investigações.

Ora senhores leitores. Se confirmado esse envolvimento da alta patente do judiciário e do ministério público local, a atuação dessas autoridades em processos regular podem estar contaminadas de alguma forma, já que a função dessas autoridades é incompatível com qualquer prática de crime ou ilícito civil.

Portanto, a nomeação de advogados (as) que fazem parte de entidades que gozam de credibilidade perante a sociedade maranhense, traria maior transparência ao apuratório, até porque os investigados são pessoas que deveriam em tese trabalhar contra o ilícito. Ademais, quem vai apurar e fiscalizar a lei, pertencem à mesma classe dos possíveis implicados.

Como advogado e presidente do SAMA este subscritor, ao contrário de juízes, desembargadores, procuradores, promotores e delegados de polícia, sempre se colocou favorável à aprovação da lei que pune abuso de autoridade. E agora luta para a aprovação da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da denominada LAVA TOGA.

A sociedade brasileira, em particular a maranhense, precisa de uma justiça mais transparente e saber o que transita em suas vísceras. A reforma do judiciário será o segundo passo após a Lava Toga. O legislador deve repensar esse poder judiciário atual e dotá-lo de limites, obrigações e reduzir privilégios. Na mesma esteira o controle externo do ministério público, da polícia e da justiça precisam ser exercidos por outro poder desconstituídos dessas classes. Não há mais espaço na democracia para os juízes julgarem os atos ilícitos praticados pelos próprios juízes e promotores denunciarem promotores.

Mozart Baldez – Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA

Informe JP

Clima de instabilidade e tragédia na Cohab

O clima de instabilidade que tem sido criado nas feiras de São Luís teve uma consequência trágica, nessa quinta-feira (17), com o assassinato do administrador do mercado da Cohab, Dimas Garcia Araújo, por um dos feirantes que trabalham no local.

A feira será reformada pela Prefeitura de São Luís e os feirantes já haviam concordado em mudar para um espaço provisório até que as obras fossem concluídas. No entanto, nos últimos dias instalou-se um clima de animosidade no local com parte dos feirantes recusando-se a ocupar as instalações provisórias. Dimas Araújo tentava mediar a situação para que as obras fossem iniciadas e os comerciantes pudessem voltar para o mercado reformado o mais breve possível. O clima de animosidade que vem se instalando nos mercados de São Luís é reflexo de ações políticas que tentam criar embaraços e dificuldades para que a Prefeitura de São Luís inicie a reforma dos mercados da capital. O tema, aliás, vem sendo abordado pelo Jornal Pequeno de forma recorrente.

No mercado da Cohab, houve inclusive audiência pública para discutir uma obra que já está com projeto licitado e com recursos assegurados. O mesmo foi feito no mercado do São Francisco, onde os feirantes também estão em clima de divergência.

Essas ações vão de encontro aos verdadeiros interesses da população. A Prefeitura tem trabalhado no sentido de melhorar as condições das feiras e mercados de São Luís, em cumprimento, inclusive, a decisões judiciais. São obras importantes, que envolvem questões de saúde pública. É preciso que todos se unam em benefício da população. Que não atrapalhem as ações planejadas para dar condições de trabalho dignas aos feirantes e mais conforto aos consumidores. Andar de contramão disso é prestar um desserviço a São Luís.

Que o lamentável incidente de ontem, quando um pai de família perdeu a vida ao ser estupidamente assassinado, sirva para sensibilizar pessoas que andam colocando seus interesses pessoais acima dos interesses maiores da população de São Luís.